

Excelentíssimo Senhor Procurador

Geral da República

S. Tomé

Assunto: **Comparência no Ministério Público, na qualidade de denunciante.**

Excelência;

Tendo sido por mim, Plácido Lopes Rodrigues, cidadão nacional, nascido em 14.02.1965, natural do distrito de Mé-Zóchi, publicado nas redes sociais, um vídeo onde acusa o Patrice Trovoada, atual Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, como sendo o mandante do Golpe de Estado ocorrido em S. Tomé em 23 de Julho de 2003, acompanhado de informações subseqüentes sobre o qual, o mesmo dera aos “doze” as orientações para as práticas de assassinatos de algumas distintas individualidades nacionais, nomeadamente Manuel Pinto da Costa, antigo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Fradique de Bandeira Melo Menezes, antigo Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e Óscar de Sousa, antigo Ministro de Defesa e Ordem Interna;

Atendendo ao facto do Ministério Público, na sequencia desta publicação, ter desencadeado, por impulso dos conteúdos do artigo 130º do CRDSTP, conjugado com o nº 1º da Lei nº 13/2008, artigos 26º, 33º, nº 3º do 262º e 266º, todos do Código Processo Penal, os autos de Instrução Preparatória registado sob o número 747/2017, que correm os seus termos nesta instituição;

Venho apresentar a minha total e inteira disponibilidade para colaborar com esta instituição no sentido da descoberta da verdade dos factos;

Para os devidos efeitos, encontro-me na disposição de deslocar a S. Tomé nos próximos dias;

Porém, atendendo a atual conjuntura do país, gostaria que da Vossa parte houvesse alguma garantia no sentido da proteção da minha integridade moral e física, nos termos do artigo 23º da CRDSTP.

Com os melhores cumprimentos.

S. Tomé, 27 de Outubro de 2017.

O signatário;



Plácido Lopes Rodrigues

C. c: Sua Excelência Presidente da República; Sua Excelência Presidente da Assembleia Nacional; Sua Excelência Presidente do Supremo Tribunal de Justiça; Os Partidos Políticos; Ministro da Defesa e Ordem Interna; Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos e Nações Unidas em São Tomé e Príncipe.